



**ACÓRDÃO Nº191/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11725/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Polícia Militar do Estado do Amazonas – PMAM.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Ddavid de Souza Brandão (Gestor), José Cláudio Nonato da Silva (Gestor), Jose Carlos Lopes de Souza (Ordenador de Despesa), Julio Sergio Costa do Nascimento (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº Parecer nº. 5243/2020 – MPC - ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.  
Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do **Sr. David de Souza Brandão**, Comandante Geral da PMAM, no período de 01.01.2018 a 12.09.2018, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do **Sr. José Cláudio Nonato da Silva**, Comandante Geral da PMAM, no período de 12.09.2018 a 31.12.2018, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.3. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM, referente ao exercício de 2018, de



**ACÓRDÃO Nº191/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

responsabilidade do **Sr. Júlio Sérgio Costa do Nascimento**, Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2018 a 19.09.2018, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;

- 10.4. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do **Sr. José Carlos Lopes de Souza**, Ordenador de Despesas, no período de 19.09.2018 a 28.12.2018, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.5. Dar quitação** ao **Sr. David de Souza Brandão**, Comandante Geral da PMAM, no período de 01.01.2018 a 12.09.2018, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE;
- 10.6. Dar quitação** ao **Sr. José Cláudio Nonato da Silva**, Comandante Geral da PMAM, no período de 12.09.2018 a 31.12.2018, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE;
- 10.7. Dar quitação** ao **Sr. Júlio Sérgio Costa do Nascimento**, Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2018 a 19.09.2018, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE;
- 10.8. Dar quitação** ao **Sr. José Carlos Lopes de Souza**, Ordenador de Despesas, no período de 19.09.2018 a 28.12.2018, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE;
- 10.9. Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

**10.9.1.** Ausência de esclarecimentos quanto ao que ocasionou saldo elevado vindo de exercício anterior;

**10.9.2.** Ausência de esclarecimentos quanto ao que motivou a não realização total das despesas que deveriam ser repassadas aos entes por direito;



**ACÓRDÃO Nº191/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.9.3.** Valores divergentes apresentados no Balanço Financeiro – anexo 13 em comparação com os valores do Demonstrativo da Dívida Flutuante – anexo 17;

**10.9.4.** Ausência do Parecer Jurídico do contrato relacionado, conforme o artigo 57, inciso V, da Lei 8.666/1993;

**10.9.5.** Ausência da Publicação Resumida do Termo Contratual, conforme artigo 61 da Lei 8.666/1993;

**10.9.6.** Ausência de justificativas quanto as inscrições de Restos a Pagar, tendo em vista o saldo em caixa sem lastro para honrar os valores inscritos, conforme demonstrado no Balanço Financeiro – anexo 13 – Saldo em Espécie para o exercício seguinte;

**10.9.7.** Ausência da Relação das Provisões recebidas, especificando a data, o número e valores, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 05/1990;

**10.9.8.** Ausência de esclarecimentos sobre as medidas administrativas tomadas com a finalidade de sanear as pendências bancárias existentes no exercício em questão.

**10.10.Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 9 de Março de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico do  
TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº191/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral